

MOLLICA, Maria Cecília (1995). *(De) que falamos*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 112 págs.

Ocupa-se a A. com o uso considerado "indevido" pelas gramáticas normativas da preposição *de*, que se vem insinuando na língua escrita ou oral das "últimas décadas" (p. 14), na regência de complementos verbais ou nominais (p. 11); dentre as línguas neolatinas, somente o português e o espanhol apresentam o fenômeno (p. 17). Assumindo uma perspectiva de análise que denominaríamos *ampla*, a A. investiga a presença desse *que*, que encabece "uma sentença subordinada introduzida pelo complementizador ou pelo relativizador *que*" (p. 12). Demos o nome de "perspetiva ampla" à posição da A. exatamente porque, p. ex., não se distingue entre o *que* complementizador e o *que* relativizador. No entanto, há razões que me parecem fortes para assim não proceder. Em primeiro lugar, porque o *que* complementizador e o *que* relativizador introduzem orações de diferente natureza gramatical; o primeiro gera uma oração substantiva, o segundo uma oração adjetiva; ou seja, uma complementa, outra determina. Em seguida, convém acrescentar que, na relação *de que* pronome relativo, a língua possui o equivalente *cujo* que vai desaparecendo mesmo na língua culta. Na fala oral popular ou semiculta, já advertia Júlio Moreira (1907) que "Nas orações relativas em que o relativo deveria ser precedido de uma preposição, omite-se freqüentemente essa preposição, que é depois empregada com um pronome pessoal" (*Estudos*, 1ª série, 2ª ed., 1922: 44, onde, aliás, ocorre *proposição* por *preposição*). É o caso, p. ex., de "A rua que eu esqueci o nome dela" por "A língua de que eu esqueci o nome" ou "cujo nome esqueci". É o chamado *relativo disjunto*, porque dele a preposição se separa, podendo vir a reger outro pronome substituto do relativo; o inglês p. ex., dispensa a duplicidade de pronomes. Isso também demonstra que a existência do relativo disjunto não se restringe às línguas românicas. Júlio Moreira chama até a atenção para o fato de ser tal construção normal no árabe. Demais, como é natural, a disjunção não se limita à preposição *de*; varia segundo o valor semântico do conectivo. Cfr. "O navio que vou embarcar nele", "A camisa que vou sair com ela" e outras construções que tais.

Numa perspectiva *restrita*, a questão só diz respeito ao *que* conjuntivo (como, aliás, é com que praticamente trabalhou a Profª Mollica). E, mais ainda, somente com verbos claramente e tradicionalmente usados como transitivos diretos, em cujo complemento a preposição *de* faz figura de indesejável intruso. A novidade não se aplica, portanto, aos casos em que ocorre a elipse da preposição *de* com verbos que se constroem normalmente com ela, como em "Estou convencido *que* (ou *de que*) vais perder a causa". Casos patentes de dequeísmo são os que se verificam com verbos do tipo *acho de que*, *penso de que*, *acredito de que*, *digo de que*, etc.

Definido assim com maior nitidez o campo de pesquisa do *dequeísmo*, torna-se mais nutrida e proveitosa a leitura do livro da Profª Maria Cecília Mollica. Por ser fenômeno próprio do espanhol e do português, pôde a A. trazer-nos subsídios hauridos em pesquisas efetuadas na língua castelhana, onde o dequeísmo tem sido mais estudado. É o que se dá com os trabalhos de Paola Bentivoglio sobre a fala culta de Caracas (Ven.), de Sérgio Bogard & Company sobre o espanhol do México, de Susana Boretti de Macchia sobre a fala culta de Rosário (Arg.), de Fernando

Lázaro Carreter sobre o dequeísmo em Lima (Peru), de Ambrósio Rabanales sobre dequeísmo e dequeísmo no espanhol do Chile, de Maria José Quilis Sanz sobre o dequeísmo na fala de Madrid (Esp.). Torna-se então do maior interesse a indagação a respeito da(s) causa(s) do dequeísmo. Para Rabanales, tratar-se-ia de um "cruzamento sintático de duas estruturas lingüísticas morfossemanticamente relacionadas" (p. 22); já Marina Arjona alude a um de "supérfluo", que teria surgido por "debilitação na norma" (p. 23); segundo Iraset Páez Urdaneta, de Caracas, "a tendência ao Queísmo deve ser compreendida como uma *propensão natural* da língua castelhana ou do *substrato latino* comum", ao passo que "o Dequeísmo é um processo *antieconômico* e *confuso* do sistema, uma forma de *obscurer* o significado, *dificultar o sentido*" (p. 24); Cano Aquilar prefere apelar para a diacronia e se refere à tendência, no espanhol clássico, de introduzir as orações completivas, em função do objeto do verbo principal, por meio apenas de *que*; o dequeísmo seria então uma consequência da *analogia* e da *ultra correção* (p. 24-25); Bentivoglio e D'Introno "apontam o *valor semântico* de *de* como *atenuador do conteúdo significativo da proposição*" e aludem também à "insegurança do falante quanto à regência de verbos". Acrescenta a A. que "O estudo se propõe a discutir fundamentalmente a hipótese da ultracorreção enquanto explicação possível para o Dequeísmo como uma mudança sintática" (p. 26); finalmente Érica Garcia vê nesse *de* emergente um *conector a distância*, que teria "a finalidade de indicar que o que se segue tem conexão com algo anterior que não está muito próximo" (p. 28). Conclui então que "o distanciamento entre a matriz e o *que* da cláusula subordinada, materializado pela presença do *de*, reflete uma relação icônica no nível semântico" (p. 29).

Cabe aqui observar que a distinção sintático-semântica entre objeto direto e indireto só se manifesta claramente com os verbos ditos bitransitivos. A distinção entre verbo transitivo direto e tr. indireto nunca se firmou em linhas precisas na língua portuguesa, quer numa perspectiva sincrônica quer diacrônica. Sirvam de exemplo os seguintes verbos, para cujo emprego não distinguiremos entre padrão culto e norma familiar: *precisar* (*de* ou ϕ), *assistir* (*a* ou ϕ), *presidir* (*a* ou ϕ), *sucedder* (*a* ou ϕ), *obedecer* (*a* ou ϕ), *perdoar* (*a* ou ϕ), *pagar* (*a* ou ϕ), *sacar* (*de* ou ϕ), *cumprir* (*com* ou ϕ). A falta de nitidez na distinção entre a função objetiva direta e a indireta leva à insegurança do falante. Daí a necessidade de dicionários de verbos e regimes. No caso da preposição *de*, a situação se agrava, pois se trata de uma partícula sem precisa significação relacional, de modo que acaba por preencher um espaço que devia continuar vazio. Ao se ocupar com o perfil social do falante dequeísta, diz a Prof^a Mollica (p. 63) que "Parece procedente afirmar-se que grande parte dos falantes dequeístas encontra-se na classe política e também [*mirabile dictu* !] entre os professores" (Que não sejam de língua portuguesa !). Esse dado socio-lingüístico vem reforçar a tese da ultracorreção.

Os estudos sintáticos, após o turbilhão gerativista, parecem ter encontrado uma fase auspiciosa de mais sereno equilíbrio epistemológico. Temos, pois, todos os motivos para saudar esta oportuna contribuição da Prof^a Maria Cecília Mollica, onde a fundamentação científica se casa com a segura reflexão de quem possui o *habitus* da disciplina de que se fez mestra.

Sílvio Elia